



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Concurso Público

**002. PROVA OBJETIVA**

**PSICÓLOGO JUDICIÁRIO**

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas e 30 minutos do início da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_



01. Leia a charge.



(Gazeta do Povo, 01.02.2017)

Assinale a alternativa em que a reescrita da frase da personagem expressa a ideia do texto original e está de acordo com a norma-padrão.

- (A) Me preocupa seriamente a aposentadoria? Nem a alheia...
- (B) Tenho preocupado-me seriamente com isso: a aposentadoria alheia.
- (C) Preocupo-me seriamente com a aposentadoria – alheia...
- (D) Seriamente preocupo-me com a aposentadoria alheia...
- (E) Me preocupa seriamente a aposentadoria... Alheia...

02. Motoristas e cobradores do transporte público de Itajaí voltaram ao trabalho por volta das 15h30 desta sexta-feira [07.04.2017], após uma \_\_\_\_\_ que começou às 10h. Eles protestavam contra o \_\_\_\_\_ nos salários. A empresa informou que não tinha dinheiro para fazer o depósito. Houve uma reunião no fim da manhã. A prefeitura \_\_\_\_\_ e a empresa concordou em depositar os salários até o início da tarde.

(<http://g1.globo.com>. Adaptado)

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) paralisação ... atrazo ... interveio
- (B) paralização ... atrazo ... interviu
- (C) paralisação ... atraso ... interveio
- (D) paralisação ... atraso ... interviu
- (E) paralização ... atraso ... interviu

Leia o texto para responder às questões de números 03 e 04.

Confirmando-se a análise do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos, a maior parte do Nordeste brasileiro enfrentará mais três meses de chuvas abaixo do normal, de abril a junho, prolongando uma seca que já dura cinco anos.

(Folha de S.Paulo, 03.04.2017)

03. Assinale a alternativa em que a reescrita de partes do texto está em conformidade com a norma-padrão de concordância.

- (A) Chuvas abaixo do normal e uma seca que já dura cinco anos faz com que se prolongue o problema no Nordeste brasileiro.
- (B) Grande parte do Nordeste brasileiro continuará a enfrentar a seca, já que as chuvas que ocorre por lá está abaixo do normal.
- (C) De acordo com o Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos, a seca que já fazem cinco anos que dura se prolongará.
- (D) A seca que há cinco anos o Nordeste enfrenta deverá prolongar-se, já que serão mais três meses de chuvas abaixo do normal.
- (E) A baixa incidência de chuvas no Nordeste prolongarão a seca que já tem mais de cinco anos, analisa o Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos.

04. Na oração “Confirmando-se a análise do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos...”, a palavra “se” tem o mesmo emprego que se verifica em:

- (A) Se houve restrições ao seu projeto, é porque precisa de melhorias.
- (B) Precisa-se de técnico em informática, com referências atualizadas.
- (C) Observa-se a fascinação das pessoas pelos recursos tecnológicos.
- (D) Os jovens amaram-se de imediato, quando se conheceram nas férias de verão.
- (E) Vivia-se muito bem por aqui, antes da invasão dos turistas.

Leia o texto para responder às questões de números **05** e **06**.

Muita gente não gosta de Floriano Peixoto, o “Marechal de Ferro”. Em 1892, um senador-almirante e políticos sediciosos \_\_\_\_\_. Ele avisara: “Vão discutindo, que eu vou mandando prender”. Encheu a cadeia, e o advogado Rui Barbosa bateu às portas do Supremo Tribunal Federal para \_\_\_\_\_. Floriano avisou: “Se os juízes concederem *habeas corpus* aos políticos, eu não sei quem amanhã \_\_\_\_\_ o *habeas corpus* de que, por sua vez, necessitarão”.

(Élio Gaspari. *Folha de S.Paulo*, 11.12.2016. Adaptado)

**05.** Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) desafiaram ele ... soltar-lhes ... dar-lhes-á
- (B) desafiaram-lhe ... soltar eles ... dará à eles
- (C) desafiaram-o ... soltar-nos ... os dará
- (D) desafiaram-no ... soltá-los ... lhes dará
- (E) desafiaram-no ... soltar-os ... dá-los-á

**06.** A regra de pontuação que determina o emprego da vírgula em “Muita gente não gosta de Floriano Peixoto, o ‘Marechal de Ferro’.” também se aplica ao trecho adaptado do editorial “Nem tão livres” (*Folha de S.Paulo*, 04.04.2017):

- (A) O diretor do Comitê de Proteção aos Jornalistas, ONG com sede em Nova York, talvez surpreenda quem comemora as facilidades dos meios eletrônicos.
- (B) Notícias falsas e quantidade nauseante de calúnias e ofensas circulam pelas redes sociais – tomando-as, ainda que livres, inconfiáveis em larga medida.
- (C) Passou o tempo, diz o ativista Joel Simon, em que se acreditava ser impossível censurar ou controlar a informação na internet.
- (D) Todavia, a própria sensação de que exista uma tão ampla liberdade se vê passível de contestações.
- (E) A guerra da informação e da contrainformação, se não ameaça diretamente a vida de jornalistas, não deixa, entretanto, de pôr em risco a verdade dos fatos.

Considere as informações da capa da revista para responder às questões de números **07** e **08**.



(*Exame*, 31.08.2016. Adaptado)

**07.** O emprego da conjunção “se” e da forma verbal “der” definem a informação apresentada como uma

- (A) hipótese.
- (B) oposição.
- (C) comparação.
- (D) conclusão.
- (E) causa.

**08.** De acordo com a norma-padrão, a frase da capa também está corretamente redigida, sem prejuízo ao texto original, em:

- (A) Como ganhar dinheiro, se o Brasil vim a dar certo.
- (B) Como ganhar dinheiro, caso o Brasil vir a dar certo.
- (C) Como ganhar dinheiro, se o Brasil vir à dar certo.
- (D) Como ganhar dinheiro, caso o Brasil vem à dar certo.
- (E) Como ganhar dinheiro, se o Brasil vier a dar certo.

Leia o texto para responder às questões de números **09** e **10**.

Com quase quatro anos, minha filha começa a compreender um elemento fundamental da existência: o tempo. Meu filho, de dois, não tem a menor ideia \_\_\_\_\_ haja um antes e um depois. Sua vida é um agora contínuo, uma tela diante \_\_\_\_\_ passam mamadeira, berço, carrinho, pudim, avó, banho, Lego, minhoca.

Outro dia me meti numa encrenca \_\_\_\_\_ resolvi falar que “amanhã” seria aniversário dele e ele iria ganhar presente. Ele abriu um sorriso, pediu o presente. Eu disse “amanhã”. Ele pediu de novo, educadamente, mas já sem o sorriso. Não entendia \_\_\_\_\_ eu não lhe dava o presente. Repeti, educadamente (e sorrindo muitíssimo), que o presente seria dado “amanhã”. Foi aquela choradeira. Claro.

(Antonio Prata, “Eu não quero ficar velhinha”.  
*Folha de S.Paulo*, 19.02.2017. Adaptado)

**09.** De acordo com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) de que ... da qual ... porque ... por que
- (B) que ... a qual ... porque ... porque
- (C) de que ... na qual ... porquê ... porquê
- (D) que ... à qual ... porquê ... porque
- (E) em que ... na qual ... por que ... por que

**10.** Na frase “Sua vida é um agora **contínuo**...”, o termo em destaque significa

- (A) inconstante.
- (B) perene.
- (C) imediato.
- (D) efêmero.
- (E) intermitente.

Leia o texto para responder às questões de números **11** a **13**.

### *É urgente*

A decisão de Nicolás Maduro de elevar a meio milhão os milicianos armados com fuzil na Venezuela é a pior de suas ideias ruins.

Sugere que Maduro prevê a decisão da discórdia venezuelana por meio das armas. Caso não o seja, nem por isso se extinguirá o mal do armamentismo: vai prolongar-se na criminalidade típica de uma população armada e, em grande parte, indesarmável. Ainda por motivos mais econômicos, os venezuelanos fogem em massa. Seu número cresce. O Brasil está atrasado, como se indiferente, nas providências para essa emergência social.

(Jânio de Freitas, “É urgente”. *Folha de S.Paulo*, 20.04.2017)

**11.** Assinale a alternativa em que o verbo destacado tem sujeito elíptico.

- (A) Seu número **cresce**.
- (B) ... os venezuelanos **fogem** em massa.
- (C) **Sugere** que Maduro prevê a decisão da discórdia venezuelana por meio das armas.
- (D) A decisão de Nicolás Maduro [...] **é** a pior de suas ideias ruins.
- (E) ... nem por isso se **extinguirá** o mal do armamentismo...

**12.** No trecho “Ainda **por** motivos mais econômicos, os venezuelanos fogem em massa.”, a preposição em destaque forma uma expressão cuja circunstância traduz ideia de

- (A) causa.
- (B) intensidade.
- (C) modo.
- (D) consequência.
- (E) finalidade.

**13.** De acordo com a norma-padrão de regência, as passagens “Maduro prevê a decisão da discórdia venezuelana por meio das armas.” e “O Brasil está atrasado, como se indiferente, nas providências para essa emergência social.” estão, correta e respectivamente, reescritas em:

- (A) Maduro aspira da decisão da discórdia venezuelana por meio das armas. / O Brasil parece estar indiferente das providências para essa emergência social, o que mostra seu atraso.
- (B) Maduro quer da decisão da discórdia venezuelana por meio das armas. / O Brasil parece estar indiferente de providências para essa emergência social, o que mostra seu atraso.
- (C) Maduro anseia à decisão da discórdia venezuelana por meio das armas. / O Brasil parece estar indiferente de providências para essa emergência social, o que mostra seu atraso.
- (D) Maduro anseia pela decisão da discórdia venezuelana por meio das armas. / O Brasil parece estar indiferente a providências para essa emergência social, o que mostra seu atraso.
- (E) Maduro quer a decisão da discórdia venezuelana por meio das armas. / O Brasil parece estar indiferente em providências para essa emergência social, o que mostra seu atraso.

14. Leia os quadrinhos.



(Folha de S.Paulo, 28.03.2017)

Nas palavras da personagem, o termo “sublime” significa

- (A) repreensível.
- (B) introspectivo.
- (C) comum.
- (D) magnífico.
- (E) utópico.

Leia o poema de Mario Quintana para responder às questões de números 15 e 16.

#### Outra estatística

Leio que certa cidade,  
E olhe que não das maiores,  
Tem quatro milhões de almas...  
Mas isso deve ser para atenuar a situação.  
O que a cidade tem, no duro,  
São quatro milhões de bocas!

(Mario Quintana. *Da preguiça como método de trabalho*)

15. No poema, o eu lírico estabelece uma interlocução direta com o leitor, quando emprega o verbo no imperativo em:

- (A) E olhe que não das maiores,
- (B) São quatro milhões de bocas!
- (C) Leio que certa cidade,
- (D) Tem quatro milhões de almas...
- (E) Mas isso deve ser para atenuar a situação.

16. Com base no verso “O que a cidade tem, **no duro**...”, assinale a alternativa que traz, correta e respectivamente, a relação de sentido estabelecida pela locução adverbial destacada e o advérbio que pode substituí-la nesse contexto.

- (A) Intensidade / excessivamente.
- (B) Modo / rigorosamente.
- (C) Tempo / hodiernamente.
- (D) Dúvida / provavelmente.
- (E) Afirmação / certamente.

17. Um funcionário do Judiciário que precise encaminhar um documento oficial a um juiz iniciará seu texto da seguinte forma:

- (A) Juiz, segue o relatório para que Sua Excelência analise a necessidade ou não de incluir novas informações.
- (B) Senhor Juiz, segue o relatório para que Vossa Excelência analise a necessidade ou não de incluir novas informações.
- (C) Ilustríssimo Juiz, segue o relatório para que Vossa Excelência analise a necessidade ou não de incluir novas informações.
- (D) Sua Excelência Senhor Juiz, segue o relatório para que Vossa Excelência analise a necessidade ou não de incluir novas informações.
- (E) Senhor Juiz, segue o relatório para que Sua Excelência analise a necessidade ou não de incluir novas informações.

Leia o texto para responder às questões de números 18 a 26.

A moléstia conservou durante muitos dias – dias angustiosos e terríveis – um caráter de excessiva gravidade; durante longo tempo, Fadinha, que estava com todo o corpo cruelmente invadido pela medonha erupção, teve a existência por um fio.

Entretanto, os cuidados da ciência e a ciência dos cuidados triunfaram do mal, e Fadinha ficou boa, completamente boa, depois de ter estado suspensa entre a vida e a morte.

Ficou boa, mas desfigurada: a moça mais bonita do Rio de Janeiro transformara-se num monstro. Aquele rosto intumescido e esburacado não conservara nada, absolutamente nada da beleza célebre de outrora. Ela, porém, consolou-se vendo que o amor de Remígio, longe de enfraquecer, crescera, fortificado pelo espetáculo do seu martírio.

A mãe, conquanto insensível às boas ações, não pôde disfarçar a admiração e o prazer que o moço lhe causou no dia em que lhe pediu a filha em casamento, dizendo:

– Só havia um obstáculo à minha felicidade: era a formosura – de Fadinha. Agora que esse obstáculo desapareceu, espero que a senhora não se oponha a um enlace que era o desejo de seu marido.

Realizou-se o casamento. D. Firmina, desprovida sempre de todo o senso moral, entendeu que devia ser aproveitado o rico enxoval oferecido pelo primeiro noivo; Remígio, porém, teve o cuidado de fazer com que o restituíssem ao barão. A cerimônia efetuou-se com toda a simplicidade, na matriz do Engenho Novo.

Um ano depois do casamento, Fadinha estava outra vez bonita, não da boniteza irradiante e espetacular de outrora, mas, enfim, com um semblante agradável, o quanto bastava para regalo dos olhos enamorados do esposo. Remígio dizia, sinceramente, quem sabe? que a achava assim mais simpática, e os sinais das bexigas lhe davam até um “não sei quê”, que lhe faltava dantes.

– Não é bela que me inquiete, nem feia que me repugne. Era assim que eu a desejava.

O caso é que ambos foram muito felizes. Ainda vivem. Remígio é atualmente um alto funcionário, pai de cinco filhos perfeitamente educados.

(Arthur Azevedo, “A moça mais bonita do Rio de Janeiro”.  
Em: *Seleção de Contos*, 2014. Adaptado)

18. Querendo-se intensificar o sentido das expressões “dias angustiosos e terríveis” e “Fadinha ficou boa, completamente boa”, elas podem ser reescritas, em conformidade com a norma-padrão, respectivamente, das seguintes formas:

- (A) dias angustiosíssimos e terrivíssimos; Fadinha ficou boa, boíssima.
- (B) dias muito angustiosos e muito terríveis; Fadinha ficou boa, boazíssima.
- (C) dias angustiosíssimos e terribilíssimos; Fadinha ficou boa, boíssima.
- (D) dias muito angustiosos e terribilíssimos; Fadinha ficou boa, boníssima.
- (E) dias muito angustiosos e terrivíssimos; Fadinha ficou boa, boníssima.

19. No período “espero **que a senhora não se oponha a um enlace**”, a oração em destaque exerce a mesma função sintática que a expressão destacada em:

- (A) **A cerimônia** efetuou-se com toda a simplicidade, na matriz do Engenho Novo.
- (B) ... os cuidados da ciência e a ciência dos cuidados triunfaram **do mal**...
- (C) ... o moço lhe causou no dia em que **lhe** pediu a filha em casamento...
- (D) Um ano depois do casamento, Fadinha estava outra vez **bonita**...
- (E) Só havia **um obstáculo** à minha felicidade: era a formosura – de Fadinha.

20. Na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, os autores Celso Cunha e Lindley Cintra explicam que o adjunto adnominal “é o termo de valor adjetivo que serve para especificar ou delimitar o significado de um substantivo, qualquer que seja a função deste.” Tal definição está corretamente exemplificada com a expressão destacada em:

- (A) Um ano depois do casamento, Fadinha estava **outra vez** bonita...
- (B) O caso é que ambos foram **muito felizes**. Ainda vivem.
- (C) ... absolutamente nada da beleza célebre **de outrora**.
- (D) ... com todo o corpo cruelmente invadido **pela medonha erupção**...
- (E) ... depois de ter estado suspensa **entre a vida e a morte**.

21. No enunciado “Entretanto, os cuidados da ciência e a ciência dos cuidados triunfaram do mal, **e Fadinha ficou boa, completamente boa**...”, a conjunção “e”, que introduz o trecho destacado, imprime a este o sentido de

- (A) consequência.
- (B) condição.
- (C) oposição.
- (D) causa.
- (E) tempo.

22. Assinale a alternativa correta quanto à colocação pronominal, de acordo com a norma-padrão.

- (A) Nada conservara-se da beleza anterior de Fadinha, que consolou-se vendo que o amor de Remígio crescera.
- (B) A moça mais bonita do Rio de Janeiro ficou boa, mas desfigurada: tinha transformado-se num monstro.
- (C) Remígio incomodaria-se caso Fadinha aproveitasse o enxoval oferecido pelo primeiro noivo.
- (D) O semblante da esposa de Remígio não inquietava-o e nem repugnava-o, pois assim ele desejava-a.
- (E) Vendo o novo semblante de Fadinha, Remígio achava-a mais simpática, com algo que o encantava.

23. Quanto ao sentido, a oração destacada em “A mãe, **conquanto insensível às boas ações**, não pôde disfarçar a admiração e o prazer que o moço lhe causou...” equivale a:
- (A) conforme insensível às boas ações.
  - (B) porque insensível às boas ações.
  - (C) apesar de insensível às boas ações.
  - (D) como insensível às boas ações.
  - (E) portanto insensível às boas ações.
24. Evanildo Bechara, em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, ensina que “os verbos que apresentam significado lexical referente a realidades bem concretas não necessitam de outros signos léxicos. A tradição gramatical chama intransitivos a tais verbos”. O exposto pelo autor está corretamente exemplificado pelo verbo destacado em:
- (A) ... que lhe **faltava** dantes.
  - (B) **Ficou** boa, mas desfigurada...
  - (C) Fadinha [...] **teve** a existência por um fio.
  - (D) Ainda **vivem**.
  - (E) Só **havia** um obstáculo à minha felicidade...
25. Nos trechos “Remígio dizia, **sinceramente**, quem sabe?” e “Remígio é **atualmente** um alto funcionário”, os advérbios em destaque, no contexto em que ocorrem, estabelecem, respectivamente, relações de sentido de:
- (A) modo e tempo.
  - (B) afirmação e intensidade.
  - (C) afirmação e tempo.
  - (D) negação e lugar.
  - (E) modo e lugar.
26. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente grafadas, considerando-se as regras de acentuação da língua padrão.
- (A) Remígio era homem de caráter, o que surpreendeu D. Firmina, que aceitou o matrimônio de sua filha.
  - (B) O consôlo de Fadinha foi ver que Remígio queria desposa-la apesar de sua beleza ter ido embora depois da doença.
  - (C) Com a saúde de Fadinha comprometida, Remígio não conseguia se recompôr e viver tranquilo.
  - (D) Com o triúnfo do bem sobre o mal, Fadinha se recuperou, Remígio resolveu pedí-la em casamento.
  - (E) Fadinha não tinha mágoa por não ser mais tão bela; agora, interessava-lhe viver no paraíso com Remígio.

Leia o texto para responder às questões de números 27 e 28.

Surgiu a Maria da Anália, pediu se eu podia vender um pedaço de toucinho.

– Não vou vender. Quando você engordou e matou o teu porco, eu não fui aborrecer-te.

Ela começou a dizer que queria só o toucinho. Perpassei o olhar no povo. Fitavam o toucinho igual a raposa quando fita uma galinha. Pensei: e se eles invadir o quintal? Resolvi levar o toucinho para dentro de casa o mais depressa possível. Fitei as tabuas do barraco, que já estão podres. Se eles invadir, adeus barraco.

Juro que fiquei com medo...

(Carolina Maria de Jesus. *Quarto de despejo – diário de uma favelada*, 1993. Adaptado)

27. Na passagem “Perpassei o olhar no **povo**. **Fitavam** o toucinho igual a raposa quando fita uma galinha. Pensei: e se eles invadir o quintal?”, os termos destacados denotam a seguinte figura de sintaxe:
- (A) zeugma, já que o termo “povo” não aparece na última oração, mas está implícito.
  - (B) silepse de número, já que se alternam entre as expressões o singular e o plural.
  - (C) pleonasma, já que ocorre a repetição, para fins de clareza, de um termo anteriormente expresso.
  - (D) silepse de pessoa, já que se tem a terceira pessoa do singular e a terceira do plural.
  - (E) anacoluto, já que existe a quebra da estruturação lógica e sintática da oração.
28. A Maria da Anália visava \_\_\_\_\_ um pedaço de toucinho, mas seu pedido não chegou \_\_\_\_\_ sensibilizar a dona do porco que, vendo-se \_\_\_\_\_ mercê de uma invasão em seu quintal, decidiu recolher-se \_\_\_\_\_ sua casa.
- Assinale a alternativa cujos termos preenchem, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado conforme a norma-padrão.
- (A) à ... a ... a ... a
  - (B) a ... a ... à ... à
  - (C) a ... à ... a ... à
  - (D) à ... à ... à ... à
  - (E) a ... a ... a ... a

Leia o texto para responder às questões de números 29 e 30.

Dados mais recentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam que a diferença na carga de trabalho entre homens e mulheres não só é bastante dis-par como aumentou nos últimos anos.

Em 2005, as mulheres trabalhavam 6,9 horas a mais por semana que os homens; em 2015, essa diferença subiu para 7,5 horas, somando-se o trabalho formal e o doméstico, a chamada dupla jornada.

Isso ocorre ainda que o tempo de dedicação das mulheres aos afazeres domésticos tenha diminuído (algo que pode ser atribuído ao acesso a eletrodomésticos) porque o tempo de dedicação dos homens a atividades profissionais foi reduzido em 3 horas.

(Folha de S.Paulo, 15.03.2017. Adaptado)

29. O primeiro parágrafo do texto contém um período composto por

- (A) coordenação e por subordinação, sendo a segunda oração coordenada explicativa e a última oração adverbial conformativa.
- (B) subordinação, sendo a segunda oração substantiva subjetiva e a última oração adverbial comparativa.
- (C) subordinação e por coordenação, sendo a segunda oração substantiva predicativa e a última oração coordenada adversativa.
- (D) subordinação e por coordenação, sendo a segunda oração substantiva objetiva direta e a última oração coordenada aditiva.
- (E) coordenação, sendo a segunda oração coordenada explicativa e a última coordenada aditiva.

30. No terceiro parágrafo do texto, o pronome “Isso” refere-se

- (A) ao fato de as mulheres atualmente estarem usando mais eletrodomésticos.
- (B) à redução do tempo dedicado pelas mulheres aos afazeres domésticos.
- (C) ao aumento da diferença entre a carga horária das mulheres e a dos homens.
- (D) à dupla jornada de trabalho, que reduziu as atividades profissionais dos homens.
- (E) ao aumento da carga de trabalho de homens e mulheres devido à dupla jornada.

## CONHECIMENTOS GERAIS

### ATUALIDADES, DEVERES DOS SERVIDORES PÚBLICOS E NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

31. Leia as notícias.

I.

O presidente do Conselho Nacional Eleitoral, Juan Pablo Pozo, confirmou hoje a vitória do candidato governista, Lenín Moreno, nas eleições presidenciais do último domingo no país.

Em rede nacional de rádio e televisão, Pozo afirmou que, com 99,65% da apuração concluída, Moreno, do movimento de esquerda Alianza Pais tinha garantido 51,16% dos votos na disputa pela sucessão presidencial.

Ao informar sobre os “resultados oficiais irreversíveis” da apuração, Pozo detalhou que o candidato governista recebeu 5.057.149 votos, e que o opositor, Guillermo Lasso, do movimento de centro-direita Creando Oportunidades (CREO), obteve 4.827.753 (48,84%).

(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-04/conselho-eleitoral-confirma-vitoria-de-moreno>, 04.04.2017. Adaptado)

II.

A direção do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) declarou, hoje, que não suprimiu as funções do Poder Legislativo e que é responsabilidade do próprio parlamento “reassumir” suas funções, acatando as decisões do Poder Judiciário.

“É só responsabilidade do órgão legislativo reassumir o válido exercício legal e legítimo de suas competências constitucionais ao acatar as decisões do Poder Judiciário e se submeter ao Estado de direito”, informou o Supremo em comunicado lido pelo presidente do Poder Judiciário, Maikel Moreno.

O Tribunal submeteu à revisão duas sentenças nas quais limitava a imunidade parlamentar e nas quais assumia as funções da Casa perante a persistência do “desacato” do Legislativo a várias sentenças do TSJ.

(<http://agenciabrasil.ebc.com.br>, 01.04.2017. Adaptado)

III.

Grupos de manifestantes invadiram o edifício do Congresso nesta sexta-feira, após conseguirem passar por um cordão policial, em um novo foco de incidentes violentos registrado logo depois que um grupo de 25 senadores aprovou o projeto de emenda constitucional para habilitar a polêmica reeleição presidencial.

Várias centenas de pessoas romperam a barreira policial em uma batalha campal na qual as forças da ordem dispararam balas de borracha, lançaram gás lacrimogêneo e acionaram jatos de água.

Os manifestantes destroçaram vidraças do edifício e queimaram as portas de entrada, além de lançar morteiros e pedras contra a polícia.

(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-03/manifestantes-invadem-congresso>, 31.03.2017. Adaptado)

As notícias I, II e III tratam, respectivamente,

- (A) da Bolívia, da Colômbia e do Uruguai.
- (B) da Venezuela, do Peru e da Colômbia.
- (C) do Chile, do Equador e da Bolívia.
- (D) do Uruguai, do Paraguai e do Peru.
- (E) do Equador, da Venezuela e do Paraguai.

**32.** O presidente Michel Temer sancionou na noite desta sexta-feira o projeto de lei que regulamenta a terceirização no país.

A iniciativa foi publicada em edição extra do “Diário Oficial da União” e inclui vetos parciais a três pontos da proposta.

(Folha de S.Paulo, 31.03.2017)

O projeto de lei sancionado

- (A) permite a terceirização de todas as atividades e autoriza a empresa de terceirização a subcontratar outras empresas para realizar serviços de contratação, remuneração e direção do trabalho e atribui à empresa terceirizada, em casos de ações trabalhistas, o pagamento dos direitos questionados na Justiça, se houver condenação.
- (B) limita a terceirização do trabalhador à denominada atividade-meio e, em caso de litígio trabalhista, as empresas contratadas e contratantes devem ser acionadas conjuntamente na Justiça do Trabalho e dividirão os custos das indenizações relacionadas a tais processos.
- (C) isenta as empresas contratantes e contratadas dos serviços terceirizados de qualquer ação no âmbito da Justiça do Trabalho e determina que todos os trabalhadores terceirizados devem se constituir em microempresários, dessa forma responsáveis pelos tributos relacionados ao trabalho.
- (D) determina que todas as empresas privadas podem terceirizar qualquer atividade profissional, desde que todos os direitos trabalhistas sejam respeitados, e veta a utilização de trabalho terceirizado para as empresas de economia mista e a administração pública, com exceção para a área de saúde.
- (E) impede que a empresa de terceirização subcontrate outras empresas, prática denominada de quarteirização, e amplia os direitos trabalhistas dos funcionários das empresas de terceirização, por exemplo o aumento da multa sobre o valor dos depósitos do FGTS em caso de demissão sem justa causa.

**33.** Em relação aos deveres, proibições e responsabilidades do servidor público, é correto afirmar que

- (A) é seu dever guardar sigilo sobre assuntos da repartição, o que o impede de representar aos superiores sobre as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções.
- (B) ele é proibido de participar da gerência ou administração de empresas bancárias ou industriais, ou de sociedades comerciais, que mantenham relações comerciais ou administrativas com o Governo do Estado.
- (C) em caso de desfalque aos cofres públicos, o servidor poderá repor a importância do prejuízo causado em parcelas que não excedam à 10ª (décima) parte do vencimento ou remuneração.
- (D) para ser responsabilizado administrativamente, o servidor deverá ser condenado criminalmente, por decisão transitada em julgado.
- (E) ele pode exercer emprego ou função em empresas, estabelecimentos ou instituições que tenham relações com o Governo, em matéria que se relacione com a finalidade da repartição ou serviço em que esteja lotado, desde que fora do horário de trabalho.

**34.** De acordo com a Lei nº 13.146/2015 e Resolução nº 230/2016, do Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais e os serviços auxiliares do Poder Judiciário devem promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência às suas respectivas carreiras e dependências e o efetivo gozo dos serviços que prestam. Com essa finalidade,

- (A) servidor com horário especial, em função de ter cônjuge, filho ou dependente com deficiência, ainda que possa acumular banco de horas como os demais servidores, não poderá exercer cargo em comissão, em função de sua onerosidade.
- (B) como medida protetiva e em razão dos elevados custos para a promoção da acessibilidade do servidor em seu local de trabalho, a Administração poderá impor ao servidor com mobilidade comprometida o uso do sistema “home office”.
- (C) como forma protetiva, deve ser imposta à pessoa com deficiência a fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa, sob pena de responsabilidade por omissão.
- (D) se o órgão, por sua liberalidade, determinar a diminuição da jornada de trabalho dos seus servidores, esse benefício não é extensivo ao servidor beneficiário de horário especial.
- (E) constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, devendo ser fornecidos recursos de tecnologia assistiva.

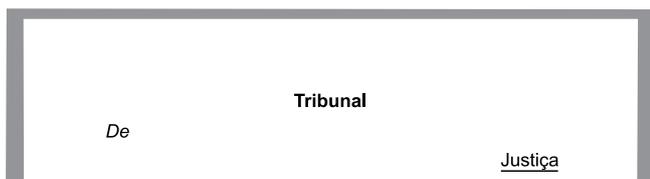
**35.** A Lei de Improbidade Administrativa prevê que

- (A) não configura ato de improbidade a aquisição, para si, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, de bens cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, pois não importa enriquecimento ilícito.
- (B) estão sujeitos às suas penas somente os agentes públicos investidos em cargos efetivos que causem lesão ao erário de forma dolosa e com o propósito de enriquecer ilícitamente.
- (C) a utilização de trabalho de servidores públicos na execução de obra ou serviço particular, de interesse privado da autoridade a que estão subordinados, não configura ato de improbidade pela ausência de lesividade.
- (D) suas disposições são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- (E) frustrar a licitude de concurso público configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

36. No ambiente do MS-Windows 10, em sua configuração padrão, no aplicativo acessório WordPad (e em grande parte dos aplicativos em ambiente Windows), quando se deseja selecionar um parágrafo todo, pode-se

- (A) dar um triplo clique, com o botão principal do mouse, no parágrafo desejado.
- (B) clicar com o botão secundário no parágrafo desejado e escolher “marcar o parágrafo todo”.
- (C) marcar uma palavra do parágrafo desejado e clicar uma vez com cada botão do mouse.
- (D) dar um duplo clique, com o botão secundário do mouse, no parágrafo desejado.
- (E) dar um duplo clique, com o botão principal do mouse, no parágrafo desejado.

37. Observe a imagem a seguir, retirada do MS-Word 2016, em sua configuração padrão, que mostra 3 palavras em 3 parágrafos diferentes. Apenas as palavras foram digitadas, sem espaços nem tabulações adicionais.



Assinale a alternativa que correlaciona corretamente cada palavra/parágrafo do texto com formatação de fonte e/ou de parágrafo aplicada.

- (A) Tribunal – alinhamento centralizado; Justiça – sobrescrito.
- (B) De – itálico; Justiça – negrito.
- (C) Tribunal – negrito; De – itálico.
- (D) De – alinhamento à esquerda; Tribunal – sublinhado.
- (E) Justiça – alinhamento à esquerda; De – itálico.

38. A imagem a seguir contém uma planilha sendo editada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão. Considere que não existem linhas nem colunas ocultas e que a célula com o valor 5 é a célula D3.

	5	2	8
	3	7	9
	4	6	1
			6

Assinale a alternativa que contém a fórmula que resulta no valor exibido na célula F6.

- (A) =MAIOR(D3:F5;5)
- (B) =MAIOR(D3:F5;4)
- (C) =MÉDIA(D3:F5)
- (D) =SE(D3>2;D3;E5)
- (E) =MENOR(D3:F5;4)

39. Um servidor do Tribunal de Justiça precisa responder um questionamento de um cidadão via correio eletrônico. Além disso, precisa que sua conversa seja acompanhada por um juiz, de modo que o cidadão não saiba quem é o juiz (nem o endereço de e-mail usado por este) que acompanha a conversa. O servidor enviará, então, uma única mensagem por correio eletrônico para 2 destinatários, sendo o endereço de e-mail do cidadão preenchido no campo \_\_\_\_\_ e o endereço de e-mail usado pelo juiz preenchido no campo \_\_\_\_\_.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado.

- (A) Para ... Para
- (B) Para ... Assunto
- (C) Assunto ... Cco
- (D) Para ... Cco
- (E) Para ... Cc

40. Para navegar na internet por meio do MS-Windows 10, em sua configuração padrão, o aplicativo padrão é o

- (A) Microsoft Edge.
- (B) Microsoft Internet Explorer 10.
- (C) Microsoft Internet Explorer 11.
- (D) Microsoft Chrome.
- (E) Microsoft Safari.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. É consenso, entre os autores de orientação psicanalítica, a importância das relações mãe-bebê no desenvolvimento da criança. Para René Spitz (2013), no primeiro ano de vida,
- (A) bebê e mãe criam uma relação simétrica da qual a criança emergirá como sujeito após o estabelecimento do terceiro organizador, a palavra “não”.
  - (B) estabelece-se o conflito edípico, o qual a criança poderá superar com o advento do segundo organizador, a angústia do oitavo mês.
  - (C) a criança e seu meio ambiente formam um “sistema fechado” que consiste de apenas dois componentes conhecidos: a mãe e o filho.
  - (D) cabe à mãe oferecer um ambiente que impeça a vivência de experiências de desprazer pelo bebê.
  - (E) a díade mãe-filho é determinada pelos aspectos estruturais próprios do elemento mais forte de sua composição, a mãe.
42. Donald W. Winnicott (2011) considera que o papel do pai, nos três primeiros meses de vida do bebê, é de
- (A) ajudar a mãe a limitar sua dedicação ao bebê, para que seja suficientemente boa.
  - (B) estimular a mãe a projetar no bebê seus impulsos destrutivos, a fim de poupá-lo.
  - (C) atuar como contraponto, para a esposa, à regressão própria da díade mãe-bebê.
  - (D) promover o contato do bebê com um mundo para além da díade mãe-bebê.
  - (E) colaborar para o início e o desenvolvimento da relação emocional entre a mãe e o bebê.
43. Na visão de René Spitz (2013), o ponto crítico da evolução do indivíduo e da espécie é a formação do primeiro conceito, o da negação, pela criança. Para o autor, essa conquista será possível devido
- (A) ao mecanismo de projeção.
  - (B) a manobras de deslocamento.
  - (C) à tolerância à frustração.
  - (D) à identificação com o agressor.
  - (E) ao exercício de oposição.
44. Para René Spitz (2013), as relações objetais se estabelecem
- (A) por ocasião do nascimento da criança, uma vez que o bebê nasce programado para estabelecê-las ao primeiro contato físico com a mãe.
  - (B) por volta do 6º mês, quando a mãe é percebida como um objeto inteiro, independentemente das necessidades insatisfeitas do bebê.
  - (C) por ocasião da resposta-sorriso, indicativa de que o bebê reconhece o rosto da mãe e reage a ele sorrindo.
  - (D) com a primeira mamada, na medida em que o seio materno passa a satisfazer os desejos e as necessidades do bebê.
  - (E) durante a gestação, quando a mãe se conscientiza da presença do bebê em seu corpo e reage afetivamente a essa experiência.
45. Para John Bowlby (2015), o que caracteriza o indivíduo psicologicamente doente é a sua incapacidade de regular seus conflitos de modo satisfatório. Uma condição que gera essa dificuldade no bebê é ser separado da mãe após estabelecido o vínculo emocional. Para o autor, nessas condições, o bebê poderá ter dificuldade em regular seus conflitos porque
- (A) o bebê não dispõe de recursos para lidar com um ambiente visto como imprevisível.
  - (B) o ódio terá de ser reprimido porque o objeto que o causou não está mais presente.
  - (C) voracidade libidinal e ódio se tornam intensos demais para ser regulados.
  - (D) a integridade do ego em formação é ameaçada por significativo sentimento de culpa.
  - (E) a ruptura do vínculo compromete a confiança do bebê de que mereça ser amado.
46. Uma criança passou por um longo período de privação ambiental após o qual foi adotada por um casal. A criança em pouco tempo apresentou uma resposta positiva ao novo ambiente, mas depois começou a atacar os pais adotivos. Para Donald W. Winnicott (2012), essa evolução indica que a criança
- (A) está adquirindo mais confiança e começando a sentir e a exprimir a raiva associada ao fracasso do lar original.
  - (B) não é capaz de amar e estabelecer vínculos afetivos duradouros, dada a severidade da privação sofrida.
  - (C) sente-se ameaçada pelos pais adotivos porque projetou neles a raiva inconsciente que nutre pelas boas experiências perdidas.
  - (D) está testando o amor dos pais adotivos, de modo a se assegurar de que são suficientemente bons.
  - (E) adota condutas que promovem a profecia autorrealizadora do abandono, dada a insegurança de que possa vir a ser amada.

47. A mãe de uma criança de 70 dias esteve internada em um hospital por quatro meses. Segundo René Spitz (2013), o efeito de tal privação sobre a criança
- (A) poderá ser revertido com o retorno da mãe, mas não é possível assegurar que não deixe sequelas.
  - (B) apresentará um curso previsível, do gemido de tristeza a crises convulsivas que equivalem a expressões de total desamparo.
  - (C) levará a um quadro depressivo persistente, equivalente à depressão anaclítica observada nos adultos.
  - (D) será catastrófico, independentemente da presença de um substituto adequado no período de separação.
  - (E) afetará apenas o desenvolvimento psicológico da criança, mas não o desenvolvimento motor.
48. Ao discutir o luto infantil diante da perda de entes queridos, John Bowlby (2015) destaca que
- (A) frequentemente as crianças experimentam um período de pesar relativamente igual aos experimentados pelos adultos diante das perdas.
  - (B) para que a criança possa aceitar a perda sofrida e se reorganizar, é essencial a presença de uma pessoa que atue como substituta estável do ente perdido.
  - (C) a elaboração do luto pela criança sempre será parcial se ela não dispuser de repertório verbal para expressar seu sofrimento.
  - (D) frente a crianças que sofreram perdas, a atitude mais favorável, à elaboração do luto, é motivá-las a direcionar seus interesses para outras atividades.
  - (E) o modo mais eficaz de ajudar uma criança a aceitar a perda de um ente querido é o terapeuta ou alguém de confiança adotar o papel de “representante da realidade”.
49. Na visão de Donald W. Winnicott (2012), as falhas ambientais terão consequências distintas, dependendo do momento em que ocorrerem e da reação do ambiente diante de seu impacto na criança. Segundo esse autor, se o ego não tiver maturidade suficiente para reconhecer que a origem do problema é externa, e não interna, a criança desenvolverá
- (A) uma atitude paranoide, pautada pela desconfiança de que o ambiente não possa vir a suprir as suas necessidades.
  - (B) uma doença psicótica, pois a ausência de defesas frente à deficiência ambiental leva a uma suspensão do processo de desenvolvimento.
  - (C) um quadro depressivo, marcado pela ambivalência em relação à figura materna e, por extensão, ao ambiente.
  - (D) um transtorno narcisista, com a conseqüente pouca disponibilidade para o estabelecimento de relações objetais.
  - (E) uma estrutura fronteira, que oscila entre momentos de força egoica razoável e momentos de força egoica precária.
50. Ao analisar as questões relacionadas à adolescência na contemporaneidade, Isabel da Silva Kahn Marin (2002) constata que, na atualidade,
- (A) os bens materiais valorizados pelo grupo social assumiram a função dos rituais de passagem tradicionais da adolescência.
  - (B) o adulto realiza, nas ações do adolescente, os próprios anseios narcísicos que sua posição pessoal não permite.
  - (C) o peso da dívida dos adolescentes com as gerações anteriores tem sido exagerado, alimentando sua motivação para a rebelião.
  - (D) a liberdade proporcionada ao jovem pelos pais da contemporaneidade favorece o desenvolvimento da autonomia.
  - (E) não se observa uma oposição que valorize e enfrente o desafio colocado pelo adolescente para ser reconhecido.
51. Anna Freud, como destaca Matheus (2012), é considerada a primeira psicanalista a tomar a adolescência como tema de investigação. Para a autora, a adolescência é
- (A) inaugurada com o desligamento do adolescente das figuras parentais, a fim de que a libido, liberada com a resolução do conflito edípico, possa ser investida e fixada em um objeto libidinal estável.
  - (B) definida pela ocorrência inédita de um embate entre as forças instintivas do id e as forças de contenção egoica, no qual o uso de defesas primitivas não configura uma dinâmica patológica, ao contrário do que se dá em períodos posteriores à vida.
  - (C) caracterizada pela incapacidade de estabelecer vínculos objetais, dado o predomínio do investimento narcísico da libido que possibilitará, ao adolescente, aceitar as alterações corporais e definir a identidade.
  - (D) determinada pelas transformações fisiológicas da puberdade, sendo o adolescente essencialmente uma criatura do instinto, dado o significativo afluxo de energia instintiva que ocorre nesse período.
  - (E) marcada por um desequilíbrio físico compensado por extrema rigidez mental, necessária para que as funções adaptativas do ego fragilizado possam conter o excesso de pressão da energia do id.

52. Um psicólogo que trabalha em uma instituição para adolescentes recebe um educador preocupado com o discurso opositor de um dos jovens acolhidos e o modo como idealiza celebridades associadas ao mundo do crime. Seguindo as ideias de Donald W. Winnicott (2011), o psicólogo poderá esclarecer que
- (A) a identificação com modelos concretos e reais indicam que o jovem se aproxima do final da adolescência e de atenuação da conduta rebelde.
  - (B) devido à imaturidade intrínseca ao período da adolescência, a rebelião do jovem deverá ser tolerada e entendida como parte da anormalidade adolescente.
  - (C) caberá ao adulto enfrentar o esforço do adolescente para se sentir acima das necessidades do mundo, confrontando o jovem e reivindicando o direito de ter pontos de vista divergentes.
  - (D) apesar do ganho em força e potência física, a violência no adolescente tende a se manter no plano imaginário, sem risco real para si ou para os outros.
  - (E) a delegação de responsabilidades “adultas” que promovam a inserção e identidade social do jovem poderá abreviar o período turbulento vivenciado no momento.
53. Erik Erikson, conforme indica Matheus (2012), é um dos nomes de referência quando o tema é adolescência. O ponto focal da visão do autor é o da identidade. Na sua visão, a vivência e a superação da “crise de identidade” consistem essencialmente em
- (A) usar o período de moratória como um laboratório de experimentação para se comportar de forma até então proibida, de modo a elaborar um código moral próprio independente dos valores impostos pelas figuras parentais.
  - (B) construir uma narrativa histórica individual, como sujeito psíquico, que leve ao estabelecimento de uma noção de eu coesa e definitiva que sirva de referência para a movimentação no território social.
  - (C) elaborar o luto pela perda da infância e do senso de proteção oferecido pelas figuras parentais, para então buscar novos objetos nos quais investir libido, de modo a desenvolver um senso de pertencimento.
  - (D) reunir a multiplicidade de imagens e papéis dos vários “eus” experimentados, e promover um sentimento de continuidade e pertencimento bastante distanciado da fragmentação que domina os processos inconscientes.
  - (E) conciliar o real, o imaginário e o simbólico na constituição de uma noção de “eu” relativamente estável, que servirá de bússola para a elaboração de um projeto de vida a ser buscado.
54. Isabel da Silva Kahn Marin (2002), ao discutir a relação entre adolescência e violência na sociedade contemporânea, destaca o papel, nesse fenômeno,
- (A) da dificuldade dos adultos de se mostrarem como representantes da autoridade e da lei frente à adolescência.
  - (B) da natureza intrinsecamente violenta dos rituais de passagem da adolescência para a vida adulta, observados em nossos dias.
  - (C) da influência da cultura da violência divulgada e incentivada de modo exaustivo pelos meios de comunicação.
  - (D) da necessidade de afirmação do jovem pela destruição do velho, característica do consumismo do século XXI.
  - (E) do investimento da mulher em projetos pessoais que deixam em segundo plano a saúde emocional da família.
55. Na visão de Donald W. Winnicott (2012), a agressividade, no bebê, está sempre relacionada
- (A) a experiências de frustração do bebê diante de um ambiente insatisfatório.
  - (B) ao estabelecimento de uma distinção entre o que é “eu” e o que é “não-eu”.
  - (C) à ambivalência entre busca de satisfação e medo de engolfamento pelo objeto amado.
  - (D) a um impulso de sobrevivência presente em todos os seres vivos.
  - (E) aos esforços do bebê para se livrar de algo mau e destrutivo que está dentro dele.
56. Para Donald W. Winnicott (2011), em relação à agressividade, o indivíduo deve
- (A) compreender que destrutividade e amor são incompatíveis, na medida em que a destrutividade é reação à falta de amor.
  - (B) desenvolver mecanismos de repressão dos impulsos agressivos, de modo a redirecioná-los à atividade criativa.
  - (C) aceitar que impulsos agressivos são incompatíveis com a vida em sociedade e, dessa forma, dizer “sim” à sua condição de ser biopsicossocial.
  - (D) procurar projetá-la em um objeto amado, de modo a poupar o próprio eu dos impulsos autoagressivos.
  - (E) assumir total responsabilidade por todos os sentimentos e as ideias que pertencem ao “estar vivo”, inclusive os de destrutividade.

57. Ao saber que uma criança de 7 anos não tem frequentado a escola ou recebido qualquer apoio educacional por parte dos pais, um cidadão decide informar a um órgão que tenha como finalidade específica zelar pelos direitos da criança e do adolescente. Nesse caso, o encaminhamento deve ser feito
- (A) ao Ministério Público.
  - (B) ao Ministério da Educação.
  - (C) ao Conselho Tutelar.
  - (D) à Vara da Família.
  - (E) à Vara da Infância e da Adolescência.
58. Uma criança é levada pela mãe, detentora da guarda unilateral, para atendimento psicológico em uma clínica especializada. Durante o período de atendimento, o pai se dirige à clínica e solicita ser informado do andamento e dos resultados desse processo. Nessa situação, a clínica deverá
- (A) revelar ao pai os mesmos dados informados à mãe, seja qual for o tipo de guarda, por ser o pai uma “pessoa de direito”.
  - (B) ponderar se será de interesse da criança, ou não, dar acesso às informações do atendimento ao pai.
  - (C) negar o acesso do pai aos dados, alegando que só poderão ser revelados à mãe, considerada a “cliente”.
  - (D) abrir para o pai apenas os dados do atendimento que se refiram a sua relação com a criança.
  - (E) informar que, por ser a mãe detentora de guarda unilateral, o pai não tem legitimidade para solicitar informações relativas aos filhos.
59. Ao atender uma adolescente, um psicólogo vem a saber que a paciente vem sofrendo sucessivos maus-tratos. Alertando-a de que comunicará o fato à autoridade competente, a paciente lhe diz que só relatou os fatos porque ele lhe havia assegurado sigilo. Nessas circunstâncias, de acordo com o Código de Ética, o psicólogo deverá
- (A) passar a informação para outro colega fazer a denúncia.
  - (B) fazer a denúncia de maus-tratos ao Conselho Tutelar.
  - (C) convencer a adolescente a fazer ela mesma a denúncia.
  - (D) resolver o dilema ético sob a perspectiva do menor prejuízo.
  - (E) honrar a palavra empenhada e manter o sigilo sobre os fatos.
60. De acordo com a análise de Analicia Martins de Sousa (2010), o conceito de Síndrome da Alienação Parental
- (A) teve efeito negativo nas decisões quanto à guarda de filhos, porque desconsidera a perspectiva da prole em relação aos pais.
  - (B) fortaleceu a posição da mulher no contexto jurídico, arena em que tradicionalmente ela se encontra em desvantagem.
  - (C) contribuiu para a criação de leis que conferem parâmetros mais justos para as decisões relativas aos litígios sobre guarda.
  - (D) trouxe, aos litígios sobre guarda, um ônus a mais, na medida em que os cônjuges precisam atestar sua sanidade mental.
  - (E) promoveu uma frente de discussão fértil, ao considerar a dinâmica familiar sob a perspectiva das relações patológicas.
61. Donald W. Winnicott (2012) é bastante claro quanto à natureza da conduta antissocial. Para o autor, ao transgredir, a criança ou jovem estará
- (A) expressando a agressividade decorrente do baixo grau de resistência à frustração.
  - (B) demonstrando a fragilidade de um superego que não chegou a se constituir.
  - (C) atacando o pai simbólico representado pelas leis e normas do grupo social.
  - (D) reivindicando do ambiente experiências boas que chegou a ter, mas foram perdidas.
  - (E) explicitando à sociedade sua postura de não conformidade ao que lhe é imposto.
62. Considerando a natureza e a origem da tendência antissocial, quando a conduta antissocial assegura ao jovem ganhos secundários, como no caso da prostituição, Donald W. Winnicott (2012) recomenda a adoção de iniciativas alinhadas à
- (A) psicanálise, por possibilitarem a reconstrução das relações objetais na transferência com o analista.
  - (B) atuação em grupos operativos, que favorecem a noção de pertencimento e a cura pelo trabalho junto à comunidade.
  - (C) modelagem do comportamento, dada a impossibilidade do jovem, nessas condições, de desenvolver sentimentos de culpa.
  - (D) internação em ambiente controlado, de modo a promover, no jovem, o resgate da confiança no ambiente.
  - (E) substituição da perspectiva de cura por medidas de redução de danos e provimento de condições de saúde adequadas.

- 63.** Em termos de visão de si, Alda Britto da Motta (In: Minayo e Coimbra, 2011) destaca que o idoso
- (A) incorpora uma identidade positiva, na medida em que a ciência lhe oferece condições de superar as dificuldades orgânicas.
  - (B) enfrenta um crescente processo de exclusão, decorrente da subjetividade essencialmente narcisista da sociedade capitalista.
  - (C) sustenta concomitantemente a imagem tradicional do velho inativo e inútil, e a nova imagem, mais dinâmica e participante.
  - (D) assume uma visão de si coesa e positiva, alimentada pelas representações sociais que valorizam virtudes de sabedoria e compaixão.
  - (E) mantém uma identidade negativa, em consequência da crescente perda de funções orgânicas e de atratividade sexual.
- 64.** Ao analisar o impacto dos processos demenciais do idoso na família, Caldas, C. P. O. (In: Minayo e Coimbra, 2011) constata que
- (A) as mulheres da família costumam prestar a assistência doméstica ao idoso porque têm mais competência para compreender o idoso demenciado e atender às suas necessidades.
  - (B) os programas e serviços para os idosos são imprescindíveis, pois muitos deles necessitam de alternativas à assistência familiar inadequada ou da qual não dispõem.
  - (C) a dinâmica da atenção ao idoso demenciado tem estrutura essencialmente igual à da atenção a idosos sem comprometimento cognitivo.
  - (D) o suporte ao idoso demenciado tende a ser fornecido pela rede formal de assistência, porque os familiares não se qualificam para prover os cuidados necessários.
  - (E) a principal competência para atender as necessidades do idoso com demência está relacionada à capacidade do cuidador de compreender a evolução do quadro.
- 65.** A partir das considerações de Uchôa e colaboradores (In: Minayo e Coimbra, 2011), é correto afirmar que os programas voltados para os idosos devem
- (A) integrar os recursos disponíveis, individuais e coletivos, em um processo que compense as perdas e promova a adaptação do idoso às condições de sua vida.
  - (B) substituir a representação cultural negativa do envelhecer por representações positivas que dissociem envelhecimento de processos de adoecimento e morte.
  - (C) valorizar a ideia de que, no nível individual, a juventude é um bem que pode ser conquistado no plano psicológico, apesar das perdas físicas.
  - (D) levar o idoso a voltar sua atenção para pequenas atividades que lhe deem prazer, desviando-a daquilo que possa lhe trazer dor e desalento.
  - (E) subordinar a experiência do envelhecer a planos para o futuro e novas possibilidades de realização do idoso na fase que vivencia no momento.
- 66.** Segundo Alda Britto da Motta (In: Minayo e Coimbra, 2011), a modernidade capitalista construiu uma visão segmentar das idades: periodiza as gerações, constrói e 'desconstrói' idades. No caso da velhice, afirma-se constatar que
- (A) há uma integração social/natural mais explícita na concepção da velhice, na medida em que a baixa expectativa social reflete o menor vigor natural do idoso.
  - (B) a modernidade ocidental ainda vê a velhice sob o prisma da natureza e atribui ao velho um lugar no qual a individualidade deixa de existir.
  - (C) a construção social da velhice oferece, à mulher, o lugar de avó transmissora de cultura, e, ao homem, o de aposentado desocupado.
  - (D) essa lógica é subvertida no conceito de "melhor idade", cujos membros são valorizados por conta do seu dinamismo e potencial consumidor.
  - (E) a concepção de velhice se desvinculou dos processos degenerativos, porque os cuidados de si abrem a perspectiva de superação das limitações do envelhecimento.

67. Diante da multiplicidade de configurações da família contemporânea, para além do arranjo representado pela união de um homem e uma mulher que desejam ou não ter filhos, Isabel Gomes se pergunta (In: Fêres-Carneiro, 2016), se ainda seria válida a visão de Sigmund Freud sobre as mulheres e seu papel na família: centrado na figura masculina, trazendo à tona a incompletude emocional e social. A autora conclui que
- (A) a ausência de referenciais de apoio para a subjetividade contemporânea e a conseqüente variedade de arranjos interpessoais tornam as ideias de Freud obsoletas.
  - (B) o modelo tradicional de casamento, influenciado pela transmissão de legados transgeracionais, é compatível com a lógica complementar de homem-mulher em Freud.
  - (C) o declínio da função paterna e uma representação social de homem frágil e incompleto na contemporaneidade impedem a manutenção da visão de Freud.
  - (D) as ideias de Freud sempre serão aplicáveis, pois explicitam como as instâncias inconscientes atuam em prol da sobrevivência da espécie.
  - (E) a dicotomia de papéis presente na obra de Freud não mais se aplica aos atuais arranjos conjugais, pois hoje a distinção entre os gêneros está menos definida.
68. O trabalho e a pesquisa com conflitos conjugais, conforme demonstrado na obra organizada por Fêres-Carneiro (2016), têm revelado que
- (A) as estratégias de resolução de conflito podem ser claramente identificadas como positivas ou negativas para a resolução dos conflitos conjugais.
  - (B) a violência conjugal via de regra contribui para que o cônjuge agredido seja mais proativo quando apoiado nas tentativas de mediação.
  - (C) a postura de ataque de um dos cônjuges de modo geral constitui um grande entrave para a negociação.
  - (D) a estratégia de evitação, por um ou ambos os cônjuges, costuma ser uma estratégia positiva para o enfrentamento de questões críticas da relação.
  - (E) casais que adotam estratégias de demanda e recuo são mais flexíveis e, portanto, têm maior probabilidade de resolver seus conflitos.
69. A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, em casos de prática de violência doméstica contra a mulher,
- (A) determina que seja delegada à mulher a responsabilidade pela entrega de intimações e notificações judiciais ao agressor.
  - (B) prevê a aplicação de penas ao agressor como multas e distribuição de determinado número de cestas básicas.
  - (C) limita-se à violência na relação homem-mulher, ignorando os novos arranjos conjugais e familiares da contemporaneidade.
  - (D) prevê a restrição de visitas do agressor aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar.
  - (E) ignora a violência patrimonial, por não implicar risco iminente à integridade física, moral ou psicológica da mulher.
70. Nas Varas de Família, há um crescente esforço para que os casais resolvam seus conflitos por meio de
- (A) mediação.
  - (B) aconselhamento psicológico.
  - (C) *coaching* conjugal.
  - (D) acordos entre advogados.
  - (E) ações em juizados de pequenas causas.
71. Como atesta Gláucia Diniz, ao analisar os paradoxos das relações violentas (In: Fêres-Carneiro, 2016), entre os motivos que impedem as mulheres de denunciar a violência física ou psicológica de que são vítimas nas relações conjugais, destaca-se
- (A) a valorização, pela mídia, do ideal de mulher forte e autônoma que reage às agressões.
  - (B) o esforço em sustentar relacionamentos recentes e pouco estáveis.
  - (C) a internalização das prescrições normativas que impedem a mulher de ter voz própria.
  - (D) a falta de uma legislação específica de proteção da mulher contra o cônjuge agressor.
  - (E) o desejo feminino de assegurar seu sustento por um homem, mesmo que violento.

- 72.** Um fenômeno comum entre mulheres vítimas de relações violentas é que raramente elas empregam o termo “violência” ao relatarem as agressões sofridas. Para Gláucia Diniz (In: Fêres-Carneiro, 2016), essa dificuldade indica
- (A) a esperança de que as relações harmoniosas sejam restabelecidas com a intervenção jurídica, sem risco de punição excessiva para o agressor.
  - (B) a crença de que, no fundo, a agressão ocorreu por falha sua, trazendo para si a culpa pelas agressões sofridas na relação.
  - (C) o esforço em manter uma relação não mais do que tangencial com o sistema jurídico, visto com profunda desconfiança.
  - (D) a tendência a reconhecer como violência somente as agressões que levam a danos físicos visíveis e significativos.
  - (E) a distância entre as experiências vividas e a possibilidade de reconhecimento e nomeação dessas experiências.
- 73.** As famílias, com histórico de abuso sexual intrafamiliar, constituem sistemas com características bastante similares entre si. Um dos aspectos mais comuns nesses sistemas familiares é
- (A) a presença de limites geracionais altamente definidos e cristalizados.
  - (B) o alto grau de permissividade observado na relação dos pais com os filhos.
  - (C) o intenso engajamento do pai nos cuidados físicos a bebês e crianças pequenas.
  - (D) o estabelecimento de uma fronteira organizacional muito pouco permeável ao exterior.
  - (E) a existência de dificuldades sexuais acentuadas entre o casal, como a frigidez materna.
- 74.** Ao discutir a Síndrome de Alienação Parental (SAP), proposta por Richard Gardner, Sousa (2010)
- (A) defende que o diagnóstico seja feito em termos individuais, pois se trata de configuração clínica constelada no nível da vida privada e da história particular de cada indivíduo que venha a apresentar a síndrome.
  - (B) aponta que o surgimento e a rápida difusão da teoria de Gardner sobre a SAP foram facilitados por uma racionalidade que privilegia o indivíduo e favorece, com isso, a proliferação de discursos sobre a existência de patologias individuais.
  - (C) demonstra que os instrumentos de psicólogos e psiquiatras asseguram o rigor de suas avaliações e, em consequência disso, conferem validade científica à teoria de Gardner e desnaturalizam a questão da alienação parental.
  - (D) destaca a importância de se identificar precocemente a síndrome, como medida preventiva, dado que o alienador costuma apresentar traços de psicopatia, sociopatia ou tendência à violência que põem em risco a família.
  - (E) declara que há consenso quanto à primazia da figura paterna como alienadora, por ser o pai habitualmente menos favorecido no ambiente jurídico em caso de litígio sobre a guarda dos filhos.
- 75.** De acordo com a Lei nº 12.318/2010, havendo indício da prática de ato de alienação parental, o Juiz, se necessário, determinará a realização de
- (A) perícia social para identificar os fatores socioculturais que levaram à instalação da patologia e fazer o encaminhamento do alienador aos recursos comunitários disponíveis.
  - (B) avaliação psicológica do cônjuge alienador e encaminhamento à unidade psiquiátrica em caso de alto grau de severidade da patologia.
  - (C) ampla avaliação psicológica ou biopsicossocial, incluindo, entre outros métodos, entrevista pessoal com as partes e avaliação da personalidade dos envolvidos.
  - (D) diagnóstico interventivo familiar, a fim de compreender a dinâmica dos relacionamentos familiares para promover a reaproximação do casal.
  - (E) perícia psicológica do suspeito de apresentar alienação parental, a fim de comprovar a existência da patologia e adotar as medidas de proteção necessárias à família.

76. O juízo competente para pedidos de guarda em que os menores envolvidos não têm seus direitos violados, o que constitui situação regular, é
- (A) a Vara da Família.
  - (B) a Vara da Infância e da Juventude.
  - (C) o Conselho Tutelar.
  - (D) o Conselho Municipal da Infância e da Adolescência.
  - (E) a Fundação para o Bem-estar do Menor.
77. De acordo com os direitos fundamentais da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA),
- (A) as condições de crescimento e desenvolvimento dignas para a criança são, em princípio, responsabilidade da sociedade.
  - (B) a liberdade de opinião e de religião estará garantida após os 18 anos de idade, dado que a autonomia cognitiva só é alcançada nesse momento.
  - (C) nascituros não contam com a proteção do Estado, uma vez que ainda não se constituem como pessoas.
  - (D) famílias em situação de miséria material não têm como prover condições favoráveis ao desenvolvimento de crianças e adolescentes.
  - (E) o gasto público com as crianças e os adolescentes deve ser prioridade para o Estado, de modo a garantir-lhes condições plenas de vida.
78. Um adolescente de 16 anos cometeu um ato infracional de gravidade significativa, com alto grau de violência, e foi detido em flagrante. Após o ocorrido, foi internado em unidade socioeducativa. Nessa situação, é correto afirmar que
- (A) a internação seria legal no prazo de até 180 dias, desde que envolvesse atividades pedagógicas.
  - (B) a internação, nesse caso, foi ilegal, pois o jovem não havia sido julgado nem tido oportunidade de defesa.
  - (C) a internação seria legal se fosse feita a pedido do Conselho Tutelar, no prazo de 10 dias do flagrante.
  - (D) o prazo máximo de internação legal, nessas circunstâncias, seria de 45 dias, sem possibilidade de prorrogação.
  - (E) qualquer medida que envolvesse internação seria ilegal, pois o jovem, por ser menor de idade, é infrator, não criminoso.
79. O paradigma adotado pelo ECA, articulado com o pensamento de John Bowlby (2015), parte da perspectiva de que
- (A) o acolhimento da criança em uma instituição deverá durar o tempo suficiente para lhe oferecer a contenção e a referência necessárias para sua adaptação ao mundo social e confiança no ambiente.
  - (B) a melhor opção para a criança pequena sempre é permanecer no seio da família, dado que as instituições não poderão oferecer o *holding* necessário para consolidar as fronteiras entre o “eu” e o “mundo”.
  - (C) a família negligente deverá ser punida, pois condena a criança à desadaptação, dado que nenhuma instituição ou mãe substituta poderá proporcionar o acolhimento que a família poderia dar.
  - (D) diante de uma situação de carência emocional ou material da família, cabe ao Estado suprir a família com os elementos necessários para a instauração da segurança básica que permitirá o desenvolvimento saudável da criança.
  - (E) o afastamento do convívio familiar da criança, abrigada por um longo período, poderá fragilizar os vínculos de forma a dificultar, cada vez mais, a trajetória de vida e os vínculos futuros dessa criança.
80. De acordo com o ECA, o acolhimento institucional é uma medida
- (A) de caráter socioeducativo, que implica em privação de liberdade, por tempo indeterminado, de crianças e adolescentes infratores.
  - (B) de transição para reintegração familiar da criança ou adolescente, ou sua colocação em família substituta.
  - (C) de caráter excepcional, aplicável quando o laudo psicológico emitido pelo Conselho Tutelar atesta incompetência do genitor responsável.
  - (D) de proteção à criança e ao adolescente, cuja aplicação depende de determinação judicial pela Vara da Família.
  - (E) de proteção a crianças e adolescentes cujo núcleo familiar não apresenta condições materiais satisfatórias.

- 81.** A partir de estudos de base psicanalítica sobre relações dos educadores de instituições-abrigo e crianças abrigadas, Almeida de Sousa e colaboradores (In: Ferreira e Ghirardi, 2016) observam que o caráter de transitoriedade da instituição-abrigo
- (A) promove a desvalorização da instituição em relação à família e pode ser visto como impedimento para o estabelecimento de vínculos.
  - (B) aumenta a probabilidade de adaptação e disponibilidade afetiva da criança à família que venha a abrigá-la definitivamente no futuro.
  - (C) justifica o desestímulo à formação de vínculos afetivos da criança com profissionais das instituições, a fim de evitar novas rupturas de laços vivenciada por ela.
  - (D) fundamenta a necessidade de uma atuação dos profissionais focada no aqui-agora, compatível com a curta duração do vínculo com a criança.
  - (E) legitima a prioridade do regime disciplinar nas instituições-abrigo, com vistas a aumentar a probabilidade de êxito de uma adoção por família estruturada e funcional.
- 82.** Um psicólogo, no processo de avaliação psicológica dos candidatos à adoção, segue as orientações de Leila D. Paiva (In: Shine, 2014) ao indagar sobre as expectativas do casal em relação à criança a ser adotada. Assim, ao entrevistá-lo, o psicólogo deverá
- (A) se limitar a aspectos concretos de idade e sexo, de modo a indicar que outras expectativas serão construídas pelo casal no convívio com a criança real.
  - (B) ignorar os dados da dinâmica familiar, dado que o funcionamento do grupo familiar será alterado com o ingresso da criança adotada na família.
  - (C) evitar explorar os sentimentos dos solicitantes quanto à família biológica da criança, de modo a propiciar-lhes um espaço imaginário íntegro para “gestar” a criança que virá.
  - (D) ir além das características físicas, pois falar sobre o que espera ou imagina da criança contribuirá para que o casal a insira em seu curso desejante.
  - (E) focalizar as escolhas racionalmente justificadas pelo casal, porque no âmbito jurídico este é o nível de informações que interessa aos operadores da lei.
- 83.** Um importante sinal de dificuldade de acolher uma criança a ser adotada, apontada na obra *Laços e Rupturas – leituras psicanalíticas sobre adoção e o acolhimento institucional* (Ferreira e Ghirardi, 2016), é o casal apresentar necessidade recorrente de fazer referência
- (A) ao intenso desejo de ter uma criança.
  - (B) à ansiedade quanto à própria competência parental.
  - (C) à família biológica da criança.
  - (D) ao luto sofrido por perdas anteriores.
  - (E) ao temor de que a criança seja problemática.
- 84.** O art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente indica as medidas de caráter socioeducativo e protetivo aplicáveis aos adolescentes autores de atos infracionais. As medidas indicadas
- (A) rejeitam a inserção do adolescente em programas comunitários, porque a inexistência de limites do jovem infrator costuma se originar em seu círculo de convivência.
  - (B) têm prazo fixo determinado com base nos programas socioeducativos em que o adolescente será inserido.
  - (C) devem considerar as necessidades de socialização do adolescente e priorizar ações que visem ao controle da conduta do infrator.
  - (D) são medidas de cumprimento obrigatório que podem ser substituídas por outras não previstas no referido artigo.
  - (E) podem ser adotadas simultaneamente, desde que sejam atendidas as circunstâncias do caso concreto e não exista incompatibilidade.
- 85.** Considerando-se que o objetivo da aplicação de medidas socioeducativas é o de promover o acesso de crianças e adolescentes às vinculações familiares e comunitárias, mas também o de promover o desenvolvimento de uma vida pessoal e socialmente construtiva, é correto afirmar que
- (A) a advertência foi abandonada como medida socioeducativa por ser considerada um discurso disciplinar que fere a dignidade do adolescente.
  - (B) a medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.
  - (C) a internação do adolescente em instituição educacional não está prevista como medida socioeducativa.
  - (D) medidas como liberdade assistida e inserção em regime de semiliberdade deverão ser integralmente cumpridas.
  - (E) obrigação de reparar o dano e a prestação de serviços à comunidade não são aplicáveis a adolescentes portadores de doença ou deficiência mental.

86. Ao discutir o relatório psicossocial do adolescente em conflito com a lei, Costa, Penso, Sudbrack e Jacobina (2011) defendem que
- (A) para além de sua utilidade como peça de subsídio ao Juiz, o relatório psicossocial deve enriquecer o *modus operandi* do judiciário, trazendo a esse contexto a realidade social do sujeito.
  - (B) a entrevista clínica não é adequada para fundamentar o relatório psicossocial, porque, no contexto jurídico, o entrevistado, via de regra, não confia no entrevistador e não fornece informações fidedignas.
  - (C) a conclusão do relatório psicossocial quanto às perspectivas de reabilitação do adolescente infrator deverá ser de caráter opinativo por parte do psicólogo, dado que não há instrumentos adequados para fundamentá-la.
  - (D) o relatório psicossocial deve demonstrar o potencial de cada medida socioeducativa para a socialização do jovem impossibilitado de inserção no mundo social, de modo a demonstrar, para o Juiz, a melhor decisão a ser tomada.
  - (E) como o relatório se destina a subsidiar as decisões do Juiz, seu conteúdo deve se ater às circunstâncias da infração cometida e às características psicológicas que levaram à conduta transgressora.
87. A psicologia jurídica nasceu na psicologia clínica, mais especificamente na avaliação psicológica. Tendo isso em mente, Sidney Shine (2014) defende que
- (A) os contextos clínico e forense são equivalentes, na medida em que o psicólogo-perito busca algo benéfico para o sujeito avaliado.
  - (B) as técnicas da avaliação psicológica clínica não podem ser usadas na avaliação psicológica forense porque, nesse contexto, o cliente é o operador do Direito.
  - (C) na avaliação psicológica forense, além de descrever processos psicológicos, o perito deve declarar a aceitabilidade legal do desempenho do sujeito.
  - (D) no contexto jurídico, o psicólogo-perito deve assegurar que sua posição de perito, na avaliação psicológica, e os objetivos do processo estejam claros para o sujeito-periciando.
  - (E) aspectos como *setting* e sigilo, centrais na avaliação psicológica clínica, devem ser os mesmos na avaliação psicológica forense.
88. A inserção do psicólogo de base psicanalítica no contexto jurídico, conforme comentado por Leila D. Paiva (In: Shine, 2014),
- (A) leva o psicólogo a elaborar relatórios mais profundos que promovem o *insight* do periciando e exercem função terapêutica.
  - (B) abre a possibilidade de o psicólogo vir a ocupar outro lugar, rompendo com o compromisso único de elaborar laudos e pareceres.
  - (C) permite ao psicólogo privilegiar os elementos do discurso mais relevantes para subsidiar a tomada de decisão pelo operador da lei.
  - (D) permite nomear e categorizar o sofrimento humano de acordo com o que é normatizado na lei, balizando, assim, as decisões de seus agentes.
  - (E) opõe o psicólogo e o sistema, dado que a expectativa de que venha a oferecer uma “verdade” é epistemologicamente incompatível com a Psicanálise.
89. Considerando o que dispõe o art. 474 da Lei nº 13.105/2015 do Código de Processo Civil, no caso dos laudos periciais, elaborados por psicólogo,
- (A) é necessário demonstrar que o método usado para elaboração dos laudos é aceito pelos especialistas da área.
  - (B) aceita-se a opinião pessoal do perito, dada a subjetividade inerente à perícia psicológica.
  - (C) as respostas aos quesitos apresentados terão caráter indicativo e não conclusivo.
  - (D) caberá ao perito indeferir quesitos colocados pelas partes que julgar irrelevantes.
  - (E) deverá o Juiz considerar os dados periciais nas suas tomadas de decisão.
90. A obra *Processo Diagnóstico e as Técnicas Projetivas* (Ocampo e colaboradores, 2009) recomenda iniciar o processo de psicodiagnóstico por uma entrevista
- (A) totalmente livre, que permita, ao sujeito, revelar sua visão da situação atual e expressar sua ansiedade diante da situação.
  - (B) informal, deixando que o sujeito se sinta à vontade para escolher sobre o que falar, sem se sentir ameaçado.
  - (C) dirigida, nos moldes da anamnese, de modo a coletar os dados mais relevantes do histórico e da demanda.
  - (D) interventiva, que favoreça a elaboração e possivelmente o *insight* diante das questões mais relevantes trazidas pelo sujeito.
  - (E) inicialmente diretiva, para apresentação mútua e de enquadramento, para então passar para a entrevista livre.

- 91.** A atuação do psicólogo no contexto jurídico eventualmente demanda a avaliação psicológica de crianças pequenas, cujo repertório verbal é bastante limitado para expressar o que sente e o que a perturba. Ocampo M. L. e colaboradores (2009) sugerem, nesses casos, a realização da hora de jogo diagnóstica. Para os autores, a hora de jogo diagnóstica
- (A) possibilita a expressão de um amplo leque de condutas da criança, dispensando o uso de outras técnicas pelo psicólogo.
  - (B) assemelha-se à entrevista diagnóstica realizada com o adulto, no sentido de que cabe ao entrevistador definir e direcionar os conteúdos mobilizados.
  - (C) permite a avaliação dos recursos psicológicos da criança por colocar em ação os processos secundários.
  - (D) inclui comunicação de tipo espacial, na qual são incluídos mais elementos dos processos primários, atuados no próprio brincar.
  - (E) poupa a criança de angústias ameaçadoras que inibam sua capacidade de se expressar, porque o vínculo transferencial não chega a ser estabelecido.
- 92.** Não raro a avaliação psicológica em situações de disputa de guarda envolve a identificação de características de transtorno antissocial. Os desenhos podem contribuir para essa avaliação, e revelar o uso de identificação projetiva de tipo indutor, um dos aspectos presentes nesse transtorno. Assinale a alternativa que apresenta características compatíveis com a presença de identificação projetiva indutora.
- (A) Desenhos de contornos incertos e mal delimitados, árvore cindida, figura humana com transparências, casa com telhado exagerado, indicando dificuldade de contenção e tendência ao comportamento explosivo.
  - (B) Desenhos pequenos e colocados próximos à margem inferior da folha, indicando sentimentos de menos valia e abordagem concreta ao meio, com tendência ao pragmatismo sem elaboração.
  - (C) Desenhos de tamanho grande, com ênfase em características de força e tendência à ação: figura humana musculosa, galhos da árvore com muita nodosidade e projetados para fora; casa pretensiosa.
  - (D) Desenhos desorganizados que ocupam a página toda, indicando tendência à projeção maciça dos próprios conteúdos sobre um outro que precisa ser ativamente controlado e manipulado.
  - (E) Desenhos de tamanho médio, minuciosamente detalhados, com ênfase nas mãos e nos pés da figura humana, indicando aderência à realidade e ênfase na ação, e porta acima do nível do solo, indicando inacessibilidade social.
- 93.** José Bleger (2011) destaca que “não há possibilidade de uma entrevista correta e frutífera se não se incluir a investigação”. Para proceder à investigação, é essencial que o psicólogo
- (A) prepare antecipadamente o que deverá ser investigado, com base em uma teoria psicológica que oriente os dados que se pretende coletar.
  - (B) use a atenção flutuante na interação com o entrevistado, de modo a dar um sentido geral ao que o entrevistado diz e pedir que preencha eventuais lacunas identificadas em seu relato.
  - (C) mantenha-se totalmente centrado na conduta e nas palavras do paciente, deixando o levantamento de hipóteses investigativas para o final do processo.
  - (D) mantenha o foco nas informações objetivas que o entrevistado fornece, de modo a afastar potenciais equívocos decorrentes da visão subjetiva do entrevistado na situação.
  - (E) formule hipóteses enquanto observa o entrevistado e com ele interage, e as verifique e retifique, se necessário, no mesmo momento em que as levanta durante a entrevista.
- 94.** Ao realizar entrevistas psicológicas com diferentes membros de uma família, uma psicóloga constata alta frequência de contradições e divergências entre os dados fornecidos pelos entrevistados. Nessa situação, a psicóloga deve
- (A) ponderar que os dados mostram como cada um dos membros da família se organiza numa mesma realidade.
  - (B) concluir que as divergências observadas devem-se a um pacto velado de ocultamento da verdade entre os membros da família.
  - (C) diagnosticar que a família apresenta uma organização frouxa, o que confere pouca credibilidade aos relatos individuais.
  - (D) eleger o membro mais qualificado para dar as informações relevantes para o caso e basear suas conclusões nessas informações.
  - (E) realizar uma entrevista com a família toda para confrontar as versões e decidir qual membro da família apresenta a versão mais realista.

95. A entrevista psicológica por vezes é criticada por ser pouco científica. Na visão de José Bleger (2011),
- (A) a crítica é justificada, porque o instrumento é o entrevistador, que, na relação interpessoal, será afetado por aspectos não resolvidos de sua personalidade.
  - (B) a crítica é parcialmente justificada, porque o entrevistador não tem como controlar as estratégias do entrevistado para ocultar a verdade.
  - (C) a crítica procede, porque o entrevistador é parte do campo da entrevista e, como tal, condiciona os fenômenos que vai registrar.
  - (D) a crítica não se justifica, porque o entrevistador terá em mãos um roteiro de perguntas que, uma vez seguido, poderá assegurar o rigor de sua conduta.
  - (E) a crítica não procede, porque se quer estudar o fenômeno psicológico, e a relação humana entre entrevistador e entrevistado configura uma condição natural desse fenômeno.
96. Ao discutir a avaliação psicológica no contexto forense, Sidney Shine (2014) destaca alguns pontos relacionados à atuação do psicólogo-perito que merecem reflexão. Assinale a alternativa compatível com as posições do autor.
- (A) A competência profissional do perito deve ser demonstrada por meio de um relato minucioso de tudo o que foi apreendido sobre o funcionamento psicológico dos envolvidos.
  - (B) A análise institucional está pressuposta na demanda do trabalho do perito, uma vez que a avaliação psicológica dar-se-á no âmbito da instituição jurídica.
  - (C) O psicólogo-perito deve estar atento para sua função de avaliar para descrever os indivíduos avaliados, de modo a deixar, para o Juiz, a função de julgar.
  - (D) A tarefa do psicólogo-perito se dá à parte das regras jurídicas do contexto institucional, dada a natureza essencialmente subjetiva da avaliação psicológica.
  - (E) O laudo final deve caracterizar o psicólogo como perito adversarial, de modo a atender satisfatoriamente a demanda dos operadores de direito.
97. Ao abordar a relação entre ciências humanas e a instituição judiciária, Michel Foucault (2014) identifica, no saber psicológico,
- (A) um conhecimento cumulativo não mais que tangencial ao saber jurídico.
  - (B) uma disciplina que veicula o discurso da regra, da normalização.
  - (C) um saber clínico libertador cujo foco é o homem senhor de seu próprio destino.
  - (D) um poder epistemológico que adota o código da lei sob a perspectiva da reparação.
  - (E) um domínio de conhecimento humanista sem lugar no âmbito jurídico.
98. Em uma situação de perícia, a pericianda pede ao psicólogo-perito que não revele parte do que ela lhe disse durante a entrevista, pois teme que essas informações possam prejudicá-la. Nessa situação, Sidney Shine (2014) recomenda que o psicólogo-perito esclareça que
- (A) serão revelados apenas os dados que a pericianda autorizá-lo a revelar.
  - (B) juntos, psicólogo-perito e pericianda, decidirão o que deverá ser revelado ou não.
  - (C) todos os dados obtidos na perícia estarão protegidos por sigilo profissional.
  - (D) poderão ser protegidos por sigilo os dados irrelevantes para o foco da perícia.
  - (E) constarão no parecer apenas os dados obtidos por meio de testes psicológicos.
99. Um psicólogo é entrevistado por um telejornal para comentar uma infração cometida por uma criança menor de idade. Para não a expor, esse profissional menciona apenas as iniciais do nome e do sobrenome da criança na reportagem. Nesse caso, o psicólogo
- (A) descumpra o que é estabelecido pelo ECA, dado que a criança foi o infrator na situação.
  - (B) está protegido pela ausência de definição do ECA quanto ao uso de iniciais do nome e do sobrenome da criança nessa situação.
  - (C) atende ao que é determinado pelo ECA, se os pais da criança autorizarem a divulgação.
  - (D) deve revelar o nome da criança de acordo com o ECA, pois se trata de caso de interesse público.
  - (E) age de acordo com o que determina o ECA, ao usar as iniciais do nome e do sobrenome da criança para identificá-la.
100. Como destaca Cássia Regina de Souza Preto (2016), há situações de emergência nas quais o psicólogo terá de produzir um documento urgente a ser apresentado ao Juiz. Esse documento, via de regra, consiste em um breve relato da situação, com posicionamento técnico do profissional, sendo denominado
- (A) Laudo informativo.
  - (B) Registro documental.
  - (C) Prontuário provisório.
  - (D) Relatório circunstanciado.
  - (E) *Briefing* psicológico.

